

DE HISTORIADORAS, BRASILEIRAS E ESCANDINAVAS

Loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)

*Maria Clementina Pereira Cunha**

Em meados da década de 1970, o feminismo se encontrava no auge nas grandes cidades brasileiras. Surgia uma imprensa devotada exclusivamente a seus temas; grupos de militância e discussão brotavam todos os dias, enchendo de entusiasmo uma legião de feministas de longos cabelos e saias. O mesmo combate levava às ruas de várias cidades do mundo mulheres envolvidas em práticas de denúncia ou em atentados simbólicos contra peças de vestuário - particularmente os sutiãs, queimados em praça pública - para evidenciar que elas emergiam como uma nova categoria social e como sujeito coletivo, libertando-se de seus velhos grilhões, inclusive aqueles confeccionados em fina *lingerie*.

No mês de junho de 1976, um destes jornais brasileiros¹ publicava o depoimento de uma mulher de 28 anos, sem o charme ou a audácia daquelas outras. Era uma migrante, moradora da periferia como a maior parte dos habitantes de S. Paulo, casada com um trabalhador braçal e mãe de filhos cujo destino já parecia traçado pelas dificuldades de sobrevivência. Não se tratava, no entanto, de uma mulher que experimentasse uma vida comum: internada pela terceira vez em hospitais psiquiátricos públicos da cidade, ela atravessava uma situação limite. Em seu depoimento, instigada a conversar sobre as causas de sua “loucura”, Lindonéia (este era seu nome, como na velha canção tropicalista) falou sobretudo do marido:

Eu acho que fiquei doente assim foi de remorso, porque (...) eu desprezava muito o meu marido na cama (...) Agora eu não rejeito mais não, que eu sou boa esposa e cumpro o que se deve fazer (...) mas gostar, não gosto não. (...) Tem vez que eu vejo uns moços bonitos assim, na rua (...) me dá uns pensamentos de beijar eles, de abraçar eles (...) Mas deixar o Dito eu não deixava, nem trair ele não posso (...) Mulher que casa e não atrai o marido é que tem toda a culpa. Mulher tem que amar o homem que casou na Igreja com ela (...) Esses moços da rua é muito bonito, mas quero ver qual deles vai ser bom como o Dito, me dar sustento e garantir o futuro dos meninos (...).

* Departamento de História - IFCH/ Unicamp.

1. *Nós mulheres*, nº 1, SP, junho de 1976.

Este depoimento tão desalentado de uma mulher reclusa em um hospital psiquiátrico brasileiro nos anos 70 deste século, aparecia nas páginas do jornal feminista como exemplo de alguma forma generalizável a uma “condição feminina” indiferenciada, indicando uma forma intelectual e política de operar com a questão. No âmbito de uma historiografia sobre o tema que se constituía no Brasil neste contexto, tal concepção deu margem a equívocos dos quais o principal parece ter sido deixar aberta a possibilidade de confundir, em termos de enunciados e significados, depoimentos como o de Lindonéia com outras palavras pronunciadas em diferentes espaços sociais ao longo do tempo - falas de e sobre mulheres tão diferentes entre si. A ênfase exclusiva na dominação de gênero e a generalização excessiva quanto às formas da subordinação feminina, para trazer o exemplo para perto da experiência da própria Lindonéia (que, aliás, também se refere genericamente à “mulher” quando fala de si), permitiria também equiparar - a partir de meras aparências - o discurso dos alienistas a expressões de submissão de muitas das mulheres internadas no Juquery, que foi um hospício modelo da psiquiatria brasileira há quase um século atrás. Antes de tentar explicar tão inusitada afirmação, no entanto, será necessária uma breve explicação sobre este local terapêutico que desempenha papel estratégico para os objetivos deste artigo.

Fundado na última década do século passado, o Hospício do Juquery constituiu a primeira tentativa de montagem de uma instituição modelar no país. Simbolicamente erguido em região vazia próxima à cidade de S. Paulo, foi implantado em consonância com os padrões mais avançados do alienismo internacional. No interior de um intenso movimento de cientifização - semelhante aqui a muitas cidades no mesmo período, pelo mundo afora - o hospício medicalizado aparecia como uma das mais sólidas cidadelas da nova ordem que se construía no Brasil no final do século XIX. Sem dúvida, o Juquery representou uma das iniciativas mais importantes - e também uma das primeiras - nesta direção. Ele veio substituir o antigo Hospício de São Paulo, de pequena escala e direção leiga, onde apenas os loucos de maior visibilidade e aceitos como tal pelo senso comum eram encerrados.

O Juquery significou a criação tanto de um “asilamento científico” quanto de um campo de especialidade no interior do saber médico, capaz de ampliar ao mesmo tempo a escala do internamento e a noção de loucura. Ao incluir nela categorias invisíveis aos olhos dos leigos, mas respaldadas em noções de normalidade condizentes com os papéis sociais adequados aos padrões de disciplina que se pretendia afirmar, o hospício científico cumpria simultaneamente suas funções de “limpar” a cidade para garantir a ordem e de difundir preceitos ou padrões de comportamento.

Podemos tomar como exemplo aquilo que constituía o ponto principal na concepção terapêutica da instituição. Centrado na idéia de laborterapia, o Juquery previa a obrigatoriedade do trabalho como meio de cura ou de controle - embora só prescrito para os internos não pagantes, o que sintomaticamente excluía as suas propriedades curativas para a categoria dos pensionistas. Tratava-se, além disso, de um trabalho regenerador - e, portanto, pensado em termos da atividade adequada para

normalizar espíritos “doentes”. Assim, para os homens perturbados pela turbulência das cidades, o trabalho do campo; para as mulheres, qualquer que fosse sua procedência ou experiência anterior de trabalho, as atividades da agulha, do fogão, dos baldes e vassouras em um simulacro de lar coletivo, capaz de trazê-las de volta à normalidade projetada na figura feminina sob a forma da domesticação.

Não cabe aqui uma longa explicação sobre os princípios e artifícios da vida asilar², que demandaria muitas páginas de descrição e análise. No entanto deve-se ressaltar que, em seu funcionamento, o moderno hospício de certa forma reproduzia as concepções e práticas de dominação fundamentais da sociedade que o criou. Entre outros elementos, basta indicar que indigentes e pensionistas (duas categorias de internos divididos por sua capacidade de pagar pelo internamento) eram separados e submetidos a tratamentos e modos de vida radicalmente diferenciados no interior da instituição, reproduzindo simbólica e fisicamente a distância entre classes sociais. O silêncio impressionante dos médicos sobre os internos negros, cuja reclusão era muitas vezes explicada por pequenos comentários que atribuíam à sua raça a inevitabilidade da degeneração, evidencia os padrões fortemente racistas presentes nos critérios médicos, como na sociedade brasileira. Evidentemente, a reprodução dos papéis sexuais, rigidamente estereotipados, esteve também presente no interior das práticas asilares.

Contemplando este mundo asilar, espelho de desigualdades e dominação, parece fácil reconhecer ao primeiro olhar as diferenças na abordagem e tratamento dos gêneros para enfatizar, a partir de alguns elementos do discurso e da prática médica, traços comuns a uma experiência compartilhada no feminino - e o exemplo poderia ser estendido para outros campos da vasta experiência histórica das mulheres. Assim, uma historiografia voltada freqüentemente para o desvendamento do discurso universalizante e normativo de médicos, juristas, pedagogos etc. contribuiu para consolidar uma compreensão relativamente indiferenciada da submissão feminina (ou do domínio masculino, o que nem sempre vem a dar na mesma coisa).

Esta forma homogeneizadora de tratar a questão, própria das etapas iniciais do feminismo internacional e semelhante àquela pela qual Lindonéia era entendida pelo jornal militante, deixou obscuros os nexos entre a questão de gêneros e a história social. Tais nexos, no entanto, foram logo retomados por um amplo esforço de análise e interpretação de historiadores. Se, em um primeiro momento, o tema era o da identidade feminina, logo emergiu a questão da diferença.³ No Brasil, os resultados deste esforço nem sempre foram os esperados: uma história social profundamente marcada por perspectivas teóricas pouco propensas a sutilezas tendeu a definir a

2. Cf. Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. O processo de criação e implantação do hospício está descrito em detalhes nos dois primeiros capítulos deste livro. Para mais elementos ver também: Maria Clementina Pereira Cunha, *Cidadelas da ordem. A doença mental da República*, São Paulo, Brasiliense, 1990; Magali G. Engel, *A loucura na cidade do Rio de Janeiro; idéias e vivências (1830-1930)*, Campinas, IFCH-UNICAMP, tese de Doutorado, 1995.

3. Cf. Christina Crosby, “Dealing with differences”, in Judith Butler e Joan Scott (ed), *Feminists theorize the political*, New York, Routledge, 1992, pp.130-143.

história das mulheres exclusivamente a partir de critérios que lhe eram exteriores. Surgia assim uma bibliografia fortemente marcada pela descrição de diferentes segmentos da “mulher operária”, das trabalhadoras do campo e da cidade, da exploração econômica sobre as mulheres e da sua condição de desvalida entre os espoliados⁴. Estas análises, em sua maior parte, se trouxeram uma importante contribuição para a história do trabalho no Brasil, parecem por outro lado, ter avançado pouco em relação à problemática dos gêneros.

Seja como for, a perspectiva que só enxergava homogeneidade na “condição feminina” pode soar hoje tão antiga quanto a prática de queimar sutiãs. Mas, como ocorre frequentemente nas ciências humanas, muitas vezes aquilo que expulsamos sonoramente porta a fora volta a entrar sorrateiramente pela janela. Pensando particularmente na historiografia brasileira sobre o tema, parece que ainda é útil insistir na necessidade de levar adiante o debate sobre os significados de recortes como gêneros, etnias ou raças e sua necessária vinculação à história social. Nem todos os (as) historiadores brasileiros (as) desta área estão convencidos das vantagens dessa associação no que diz respeito à análise das diferenças e permanecem um tanto distraídos diante das implicações de usar tais categorias de análise fora do contexto intelectual que lhes deu sentido.

Assim, uma das características da produção brasileira sobre estas questões - ainda hoje, apesar de alguns esforços notáveis na direção inversa -⁵ tem sido manter quase intocada a idéia de uma identidade feminina capaz de sobrepor-se a todas as demais. Para fazê-lo, estas análises operam de duas maneiras básicas. Em primeiro lugar, esvaziam a categoria “gênero” de algo fundamental: da mesma forma que noções como “classe”, por exemplo (como E. P. Thompson mostrou há cerca de trinta anos), esta é uma ferramenta de análise que tem variadas funções, intensa mobilidade histórica e cujo perfil resulta de processos de conflito e de negociação em cada sociedade. Ou, vendo por outro lado e certamente chovendo no molhado, as concepções de gênero são essencialmente produtos das diferentes culturas - como

4. Refiro-me aqui a trabalhos como o de Maria Valéria Junho Pena, *Mulheres e trabalhadoras*. Presença feminina na constituição do sistema fabril, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Eva Blay, *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*, São Paulo, Ática, 1978; H. Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*, Petrópolis, Vozes, 1976, entre outros.

5. Note-se que, no caso brasileiro, há uma distância sensível entre a militância feminista e a historiografia acadêmica preocupada com a questão das relações de gênero. Para mencionar alguns títulos importantes da produção de historiadoras das relações de gênero no Brasil que adotam um ponto de vista próximo das pautas da história social: Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo., Brasiliense, 1984; Rachel Soihet, *Condição feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana, 1899-1920, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989; Marta de Abreu Esteves, *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *belle époque*, Rio de Janeiro., Paz e Terra, 1989; Sandra Lauderdale Graham, *Proteção e obediência*. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910, São Paulo, Cia. das Letras, 1992; mais recentemente, a tese de doutorado de Sueann Caulfield, *In defense of honor: the contested meaning of sexual morality in law and courtship, Rio de Janeiro, 1920-1940*, Department of History, NY University, 1994 retoma muito da discussão empreendida para um período posterior.

sugeriu Margareth Mead desde 1935 e ainda repisam sem cessar as teóricas feministas mais recentes.⁶

Em segundo lugar, esta pretendida identidade feminina (sempre presente, mas raramente admitida) é construída a partir de um investimento historiográfico que opera basicamente com os enunciados da medicina, da pedagogia, da psicologia, do direito ou das agências governamentais de controle social, como a polícia: olhares essencialmente masculinos que pretenderam definir um perfil ideal para aquilo que tendiam a generalizar para definir “a” mulher como seu objeto. Ao privilegiar estas fontes, evidentemente, a historiografia tem revelado seus elementos de poder sob a forma da disciplina e do saber. Mas, por outro lado, ao manter “a” mulher como um objeto legítimo de análise, repondo a abstração que eles criaram, acaba por empreender um percurso historiográfico em que os sujeitos estão irremediavelmente perdidos.

Temos assim um conjunto, ainda que não homogêneo, de interpretações históricas centradas na idéia de uma “condição feminina” (noção que pressupõe identidade e univocidade), por mais que o termo possa parecer deslocado diante da produção internacional mais recente: pelo menos em seus momentos de reveladora distração, em meio ao entusiasmo de seus textos, a maioria das historiadoras brasileiras ainda costuma referir-se às mulheres no singular.⁷ No interior do aceso debate que marca esta área de estudos em todo o mundo, a historiografia brasileira sobre “a mulher” foi-se deslocando em uma direção empobrecedora: se os impasses do feminismo, em suas versões militantes e acadêmicas, não permitiram que se permanecesse falando deste objeto no singular (e a categoria relacional de gêneros substituiu internacionalmente a perspectiva de uma “história das mulheres”)⁸ - o desagrado de uma parte considerável de historiadoras patricias parece ter-se voltado ultimamente contra a “insistência” em associar as relações de gênero ao universo das diferenças e identidades tanto culturais quanto sociais. Desde certo tempo, tem sido freqüente ouvir críticas ferozes, amparadas em um variado arsenal teórico, à história social (seja lá o que se esteja entendendo por isso já que, convenhamos, o termo hoje

6. Cf. Jill K. Conway, Susan C. Bourque e Joan Scott, *Learning about women. Gender, politics and power*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1989, particularmente a introdução intitulada “The concept of gender”.

7. Coisas deste tipo podem ser encontradas com muita freqüência, até mesmo em títulos de trabalhos recentes sobre o tema, como o de Mary del Priore, *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro, José Olympio e Brasília-Ed. UnB, 1993. Apenas como ilustração, e para mencionar uma das historiadoras brasileiras mais citadas nesta área, reporto-me ao último livro de Margareth Rago, *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Em sua Introdução, à pag. 25, ao descrever a “trama” do livro, a autora nos informa que tentou “perceber em que a presença das cortesãs (...) afetou o imaginário social, tendo em vista as próprias mudanças sociais e culturais que atingiam a condição da mulher na cidade de São Paulo”. No parágrafo seguinte, a idéia é reiterada (pág.26): lemos aí que “a relativa emancipação da mulher, sua livre circulação pelas ruas e praças, sua entrada mais agressiva no mercado de trabalho (...) foram percebidas de maneira extremamente ambígua”. (Grifos meus).

8. Cf. Michelle Perrot, “Em que ponto está a história das mulheres na França?”, *Revista Brasileira de História*, v. 14, n.28, 1994, pp. 9-27.

é tão vago quanto o rótulo “pós-moderno” reivindicado por algumas intelectuais feministas).⁹

Se ela não constitui, contudo, uma perspectiva adequada de abordagem para problemas desta natureza, o que se pretende pôr no lugar? A “desconstrução” do fio tênue dos discursos e da textualidade, os enunciados de saber e dispositivos de poder, os desejos e as subjetividades, as “representações” tidas como único objeto possível para o historiador? Seja qual for a resposta oferecida - e elas são, sem dúvida, múltiplas e diferenciadas entre si - os rostos reais de mulheres reais tendem a desaparecer da cena histórica. Parece que, sob a aparência das novidades epistemológicas, a perplexidade toma o lugar da política e o ensaio o lugar da interpretação. Mas como lembrou recentemente uma intelectual feminista, também nesta área vale o adágio francês: *plus ça change, plus c'est la même chose*.¹⁰

Para uma parte da historiografia “especializada” novamente parece sem importância aquilo que diferencia Lindonéia das mulheres internas no Juquery do início do século; parece apagar-se a heterogeneidade que estabelece distâncias sociais e culturais quase intransponíveis entre mulheres internadas no mesmo tempo e lugar, ou mesmo entre aquelas que simplesmente viveram no mesmo período sem jamais se terem conhecido. Muitos dos que operam, de alguma maneira, com o múltiplo universo feminino parecem mesmo ter abdicado de uma abordagem propriamente *histórica*: freqüentemente permitem supor que aquilo que pode ser dito sobre as internas do Juquery, ou sobre as quitandeiras das ruas do Rio de Janeiro, poderia servir igualmente para mulheres escandinavas ou de qualquer parte do mundo.¹¹ Do que se trata, afinal? Talvez uma parte da historiografia brasileira sobre relações de gênero mantenha ainda - sob a forma de uma espécie de “pecado original” e escondida por trás das advertências contra a tentação homogeneizadora freqüentemente contidas nas Introduções e Prefácios de livros - a idéia de signos comuns, atemporais e universais, compartilhados por todas as mulheres.

Antes de prosseguir, no entanto, julgo prudente explicitar com clareza em que consiste esta busca por uma análise das experiências femininas e das relações de gênero que alcance suas dimensões sociais e culturais e não iguale apressadamente brasileiras e escandinavas. Robert Darnton teve de pagar um alto preço por sua afirmativa - sonora e, talvez, algo jocosa - de que “*frenchness exists*”.¹² No meu caso,

9. Judith Butler e Joan Scott, *Feminists theorize the political*, op. cit., “Introduction”.

10. Christina Crosby, “Dealing with differences”, op. cit.

11. Esta imagem foi formulada, em tom de brincadeira mas com um fundo sério, por Elisabeth Souza Lobo (1943-1991), uma das mais importantes intelectuais feministas brasileiras, ao comentar um artigo que publiquei anteriormente sob o título “Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na S. Paulo do início do século XX”, *Revista Brasileira de História*, v.9, n. 18 (A mulher no espaço público), org. Maria Stella M. Bresciani, agosto-setembro de 1989, pp.121-144. Desde então, julgo-me devedora de um esforço de clarificação segundo as sugestões que ela me forneceu, naquela ocasião e ao longo de uma convivência cheia de amizade. Também por esta razão, este artigo é dedicado à sua memória.

12. É o caso, por exemplo, do importante debate Darnton-Chartier; cf. R. Chartier, “Text, symbols, and Frenchness”, *The Journal of Modern History*, 57, n.4 (1985), pp. 682-695; Robert Darnton “História e antropologia”, *O Beijo de Lamourette* (trad.), São Paulo, Cia. das Letras, 1990, pp. 284-303.

devo enfatizar que não pretendo empreender qualquer tentativa de definir uma eventual *brazilianess*, já que se trata de explorar antes diferenças que identidades entre as mulheres. No entanto, é certo que as condições específicas de um país como o Brasil, profundamente marcado pelas políticas de domínio senhorial e pela longa experiência da escravidão, interferem na forma pela qual relações de dominação (entre elas, as de gênero) foram tecidas em diferentes conjunturas históricas.

É na exploração de alguns destes elos que reside o principal propósito deste artigo, desenvolvido em torno de perguntas aparentemente simples: até que ponto as regras de domínio senhorial, ou sua lógica de dominação, teriam sido estendidas para o convívio entre os gêneros - e qual a sua eventual influência ou permanência em um certo olhar masculino sobre diferentes mulheres no período que analiso? De que maneira a ideologia racial que se reforça e amplia no século XIX brasileiro estaria presente na maneira de conceber normalidade ou anormalidade entre mulheres diferentes no início do século XX? Quais os espaços de ambigüidade e de escolhas femininas em uma sociedade e em um tempo como estes? Quais as pontes e quais os abismos que separam ou aproximam parcelas tão díspares da experiência feminina? Se é impossível oferecer respostas a tantas questões julgo útil, ainda assim, empreender um esforço de aproximação a partir daquelas mulheres cujos rostos e dramas vislumbrei através de velhos prontuários clínicos, amarelados e esquecidos no arquivo do hospício, bem como de outros rostos e episódios com que me deparei no exercício do meu ofício de historiadora.¹³

No caso das mulheres internadas no hospício, das quais vou me ocupar nas próximas páginas, as formas habituais de operar a análise que comentei até aqui pareciam tornar-se ainda mais chocantes. Elas poderiam mesmo levar um historiador cheio de boas intenções a fazer com aquelas mulheres o mesmo que os alienistas haviam feito, equiparando experiências tão diversas entre si e tão dolorosas, se olhadas caso a caso. Que idéia de “condição feminina” poderia, afinal, dar conta deste amplo conjunto de dores?

Tratei, assim, de buscar um outro procedimento para olhar as mulheres de dentro e de fora do hospício. A tentativa que empreendo a seguir é a de desenvolver meu argumento a partir de quatro casos de mulheres internadas no Juquery, que servem como fio condutor da análise e dialogam com exemplos e situações que envolvem mulheres não-internas. Selecionei estes casos com base em um critério principal: são alguns dos casos em que os alienistas da instituição, direta ou indiretamente, demonstram vacilação ou dúvida sobre a loucura das pacientes, o que abre mais espaço para que elas possam falar e “explicar-se” diante deles. Isso não as livrou do internamento, como veremos, mas seus testemunhos e argumentos tornam mais claras

13. Esforço análogo foi desenvolvido por Sueann Caulfield no artigo “Getting into Trouble: Dishonest Women, Modern Girls, and Women-men in the Conceptual Language of ‘Vida Policial’, 1925-1927”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, nº. 1, v. 19, Chicago, 1993, pp.146-176, que desenvolve uma reflexão sobre os sentidos da teoria feminista contemporânea a partir de suas pesquisas específicas sobre algumas mulheres cariocas na década de 1920. Aproveito para agradecer aqui os seus comentários a uma primeira versão deste artigo.

as relações que as levaram para o hospício. Por sua vez, estas mulheres só podem ser compreendidas se confrontadas e postas ao lado de suas companheiras de infortúnio - negras, pobres, desamparadas até o limite - das quais as certezas inabaláveis da medicina retiraram toda a chance de falar.

* * *

Quando se iniciava o ano de 1910, em São Paulo, uma professora de 30 anos chamada Eunice foi internada no então moderno Hospício do Juquery.¹⁴ Tornava-se uma entre milhares de outras que passaram pela experiência da reclusão asilar, na qual as mulheres chegaram, em certos momentos, a constituir a parte majoritária da população internada. Trata-se do mesmo hospício que, décadas mais tarde, abrigaria Lindonéia em suas múltiplas internações. Eunice foi rotulada com o mesmo diagnóstico que levava, em período muito próximo, a escultora Camille Claudel ao asilo de Montdevergues, na França.¹⁵ Três mulheres loucas, em tempos, lugares e circunstâncias diversas. O que as junta ou as diferencia? Eunice, Camille, Lindonéia são incompreensíveis sem a história, mas também sem suas histórias particulares.

Difícilmente Eunice teria sido internada como louca antes que uma instituição como o Juquery houvesse sido implantada e que seus diferentes significados pudessem ter sido aceitos socialmente (o que, evidentemente, não significa que ela não tivesse sido submetida a outras formas de punição ou controle). Podemos ter aí um episódio exemplar daquilo que era considerado, com frequência espantosa naquele período da história brasileira, como uma das formas mais comuns da alienação mental feminina, designada como “loucura maníaco-depressiva”. O caso, em si, é semelhante a muitos outros registrados em *dossiers* psiquiátricos.

Segundo as anotações do alienista em seu prontuário clínico, Eunice fora “habituada a mimos e carícias excessivas” desde a infância. Era a filha mais nova de uma família amorosa e bem estruturada (padrão, portanto, para as exigências do alienismo em sua guerra contra a degeneração), que havia revelado uma estranha e precoce vivacidade intelectual. “Muito inteligente”, destacara-se na Escola Normal onde estudou em São Paulo (grau máximo de educação habitualmente permitido a moças de família). Os constantes elogios de professores e colegas tê-la-iam tornado “orgulhosa” e aferrada à crença em seu próprio talento e vocação pedagógica. O alienista sequer considerou a hipótese, mas Eunice poderia estar certa em sua elevada auto-estima. O fato é que apenas três anos depois de sua formatura ela já dirigia um grupo escolar em Santos, para onde se mudara em virtude de seu exercício profissional, passando a viver só e por sua própria conta. Para chegar ao posto, não

14. Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho do mundo*: ..., op. cit., pp. 151-152. Ao longo deste artigo, serão utilizados tanto casos clínicos já mencionados no livro acima quanto outros, não mencionados. Os segundos serão indicados pelos dados do prontuário existente no SAME, arquivo do Hospital do Juquery; quanto aos primeiros, serão referidos de acordo com a sua citação no livro *O espelho ...*

15. Sobre Camille Claudel, caso paradigmático de certas categorias nosográficas da loucura feminina no período, ver Jacques Cassar, *Dossier Camille Claudel*, Paris, Librairie Séguier/ Archimbaud, 1987, ou a biografia escrita por Anne Delbé, *Camille Claudel, uma mulher*, São Paulo, Martins Fontes, 1988.

contou com qualquer ajuda externa: durante os três anos que se passaram desde sua formatura “sempre se distinguiu” entre seus colegas de trabalho, como reconhece, a partir das informações de que dispunha, o próprio alienista responsável pelo diagnóstico, atestando claramente que a paciente galgara o sucesso profissional única e exclusivamente pelos seus méritos.

A partir de então, Eunice começara a multiplicar suas atividades, “trabalhando demais”. O alienista anota cuidadosamente que, desde este período, ela adquirira estranhos comportamentos como escrever livros escolares, fundar escolas noturnas para alfabetização de adultos, comprar “livros e livros para ler...”.¹⁶ O pior de tudo, para ele, é que Eunice começava a revelar-se “completamente independente”, não admitindo a intervenção do pai ou dos irmãos em suas escolhas pessoais. Para fundamentar o diagnóstico, o alienista não deixa, é claro, de agregar a esta constatação outras informações que reforçavam a sua impressão de que algo andava errado: tal “hiperexcitação intelectual” era expressamente relacionada com o fato de, aos 30 anos, Eunice permanecer solteira - tendo rompido anteriormente dois ou três noivados, contra os conselhos paternos. Por todos estes motivos, ela parecia merecer uma punição exemplar e, na época, o hospício se apresentava como a mais moderna e adequada.

Não é difícil relacionar este caso, e tantos outros de mulheres de condição social elevada, à maneira pela qual estas instituições médicas foram sancionadas e utilizadas em uma forma particular de dominação política longamente sedimentada na história do país. Médicos e elites sociais, de uma forma geral, compartilhavam de uma compreensão intensamente subordinada dos seus “inferiores” e também do papel feminino - e, àquelas alturas, esta visão evidentemente não constituía qualquer novidade. Comentários de estrangeiras, de passagem ou temporariamente residentes no Brasil décadas antes, podem ilustrar alguns dos procedimentos masculinos e das exigências social e historicamente sedimentadas sobre o comportamento de algumas mulheres:

passar pelas ruas é um suplício, devido à excessiva cortesia dos homens. Não estão acostumados a ver as senhoras suas patrícias sozinhas na rua e mesmo sabendo que nós estrangeiras gozamos dessa liberdade, consideram-se no direito de desacatar com gracejos as mulheres européias, quando não se acham acompanhadas (...) ¹⁷

Se voltássemos no tempo para um rápido passeio pelo Rio do século XIX, poderíamos entender o motivo da queixa da nossa educadora alemã. É fácil verificar como são recorrentes, nas fontes relativas a momentos anteriores da história brasileira, as imagens das mulheres senhoriais - as “senhoras”, como diz Ina von

16. Infelizmente não foi possível obter escritos da própria Eunice, exceto algumas poucas anotações em uma letra firme e clara. Talvez pudéssemos descobrir aí eventuais afinidades com algum dos movimentos pedagógicos do período, centrados na idéia do resgate social através da educação, embora esta seja apenas uma hipótese não totalmente relevante para o caso.

17. Ina von Binzer, *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.66. (1881).

Binzer - como figuras ambíguas: por um lado, eram extremamente controladas e submetidas à internação em recolhimentos;¹⁸ mantidas analfabetas como forma de evitar contatos indesejáveis para além dos limites domésticos; escondidas sob escuras mantilhas em aparições públicas como garantia de virtude e sinal de pudor.¹⁹ Neste sentido, a presença de mulheres como Ina, desacompanhadas no espaço público e ostentando sua própria autonomia e independência, certamente ensejava uma leitura equívoca sobre sua disponibilidade sexual. Os gracejos e desacatos, neste caso, devem-se provavelmente aos cavalheiros senhoriais e seus próximos e não aos abusos de negros e mulatos, acostumados a conviver nas ruas com mulheres de sua condição que certamente mobilizavam outros códigos e conceitos de recato.

Mas, por outro lado, as fontes também deixam entrever aquilo que as mantilhas e os recolhimentos tentavam esconder sobre as “senhoras” brasileiras. Foram muitas as oportunidades e técnicas de transgressão - como revelam as descrições sobre a linguagem amorosa através de significados atribuídos a flores, que substituíam (talvez com vantagem para a fantasia) a linguagem escrita inacessível. Há relatos²⁰ sobre senhoras que, nos mercados de escravos como o do Valongo, avaliavam e apalpavam, como se costuma fazer com frutas na feira, os corpos nus de africanos recém-chegados, que até décadas avançadas do século XVIII costumavam, logo que desembarcados, atravessar nesta condição as ruas da cidade sendo observados pelas mulheres atrás das janelas. A nudez dos escravos não constituía, aliás, um espetáculo raro ou particularmente indecente: para citar um exemplo feminino, os seios das lavadeiras, que em seu trabalho nos córregos e chafarizes da cidade costumavam desvencilhar-se das roupas, são objeto de surpresos comentários em viajantes do século XIX e foram retratados também em desenhos de época.²¹ Tais exemplos

18. Sobre recolhimentos de mulheres no período, ver Leila Mezan Algranti, *Honradas e Devotas: mulheres da colônia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

19. São inúmeras as referências na literatura de viajantes a estas características e comportamentos femininos. Em sua grande maioria, tais textos foram competentemente compilados por Miriam Moreira Leite (org), *A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX* (Antologia de textos de viajantes estrangeiros), São Paulo, Hucitec/ Pró-Memória/ EDUSP, 1984, especialmente pp. 63, 68-69. Ver também Ronaldo Vainfas (org), *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, que contém vários artigos pertinentes ao tema.

20. Efetivamente, até certo ponto, a utilização de viajantes constitui um problema, pois freqüentemente eles revelam dificuldades em compreender significados culturais que lhes eram estranhos. Seu olhar branco e europeu ocasionalmente atribui sentidos a coisas que não entendem e que, por não entenderem, julgam com preconceito e descrevem com inexatidão. Mas, por outro lado, seus relatos servem para destacar costumes e usos que, para as gentes da terra, nunca mereciam comentário por serem totalmente cotidianos e rotineiros. Além do mais, quando se trata de questões como higiene, domesticação e disciplina, o olhar destes viajantes se torna precioso, justamente por ressaltar o contraste entre seus países de origem na Europa e os países visitados. Ver sobre isso, Robert Slenes, “Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX”, *Revista Brasileira de História*, nº 16, São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, mar-ago 1988, pp. 189-203. Ver também Mary Karash, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, New Jersey, Princeton University Press, 1987, p.xv-xv.

21. Inúmeros testemunhos de viajantes podem ser invocados aqui, para ilustrar estes comportamentos - como Rugendas, Walsh, Debret, Ewbank, entre outros. Cf. Miriam Moreira Leite (org), *A condição feminina no Rio de Janeiro ...*, op. cit. pp. 37, 96, 97, 110. Já no final do século XVIII, o marquês do Lavradio justificava a construção do mercado do Valongo para o comércio de escravos, pela conveniência de evitar espetáculos indecentes. Cf. “Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de

revelam que as noções de pudor e modéstia, centrais para alguém como Eunice e também para seus pais e psiquiatras, eram então regidas por outra gramática cultural.

As mulheres da camada senhorial, até as últimas décadas do século XIX, eram criadas pelas escravas desde o aleitamento e conviviam com elas em sua juventude e na idade adulta em situações de estreita intimidade, embora certamente não de igualdade ou solidariedade. Pode-se lembrar, em apoio a esta idéia, o hábito arraigado e íntimo do cafuné, descrito em fontes de diferentes momentos do século XIX.²² A crer-se no depoimento de viajantes, reiterado em documentação variada de outra natureza, freqüentemente podiam ser confundidas com elas em sua ausência de civilidade e na ambígua moralidade - para a qual, aliás, as escravas domésticas funcionavam como suporte, levando recados e encobrendo encontros. Ocasões de fé, como as cerimônias religiosas, as missas e as novenas, constituíam oportunidades para o namoro, a sedução e, eventualmente, a fornicção, mesmo para estas mulheres brancas de origem socialmente destacada e aparência enfaticamente austera e recatada. O que não dizer então do entrudo, unanimemente descrito por cronistas como ocasião de liberalidades sexuais amplamente aproveitadas pelas animadas sinhazinhas nos agarramentos e molhadeiras que caracterizavam a brincadeira carnavalesca?²³

Acompanhadas por suas escravas, eram exibidas em cortejos; costumavam aparecer ricamente vestidas em cerimônias públicas, cobertas de pompas e jóias, como uma forma de ostentação do poder dos seus pais e maridos - assim como, para os escravos, de seus senhores.²⁴ Eram, no interior da família senhorial, as peças mais valiosas: além de servirem para exibir o poder senhorial, constituíam também a garantia de sua perpetuação pela maternidade legítima. Representavam ainda a possibilidade de alianças matrimoniais e mais poder. Assim, constituíam um verdadeiro capital a ser preservado: deviam ser dependentes, ter sua sexualidade confundida com a própria noção da “honra” familiar e defendida a qualquer custo contra intrusos.

Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado (1779)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.4, 1843, pp.450-452. Cf. ainda Mary Karash, *Slave Life in Rio de Janeiro ...*, op. cit., p. 35 (que refere questão semelhante para a década de 1830 e posteriores), p.40-41, além de p. 130 e passim. Ver também Silvia H. Lara, *Sob o signo da cor: trajés femininos e relações raciais nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, 1750-1815*, paper apresentado ao Lasa95, Washington DC, 1995, mimeo.

22. Pierre Verger, *Notícias da Bahia - 1850*, Salvador, Corrupio, 1981, p.152-153, a partir de comentários de Tollenare, Lindley e Expilly.

23. Cf. Miriam Moreira Leite, op. cit., pp. 49, 37, 70, 91, 92, 94-95, que cita testemunhos de Freycinet, Seidler, Belman, Expilly, Pradez, entre outros. Ver também Mary del Priore, “Deus dá licença ao diabo. A contravenção nas festas religiosas e igrejas paulistas no século XVIII”, in Ronaldo Vainfas (org), *História e sexualidade no Brasil*, op. cit., pp. 89-106. Sobre o entrudo e seus significados sexuais e transgressivos, Maria Clementina Pereira Cunha, “Você me conhece?”, Campinas/ UNICAMP, 1994, mimeo. Marta Abreu em sua tese de doutorado *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro - 1830-1900*, Campinas, IFCH - Unicamp, 1996, especialmente cap. I, levanta exemplos interessantes de ambigüidade e transgressão, reveladas em algumas canções e textos encenados naquela festa no século XIX.

24. Silvia H. Lara, op. cit. Mary Karash, op. cit., p. 220 mostra que os mesmos rituais de submissão e respeito aos senhores eram praticados por escravos e mulheres brancas.

Embora muitas destas mulheres possam ter sido punidas por condutas sexuais consideradas desviantes, não existe aí a mesma lógica que preside a internação feminina em hospícios no período em que Eunice esteve por lá. Trata-se de outra dinâmica e de outro quadro de valores e padrões; um outro conjunto de preceitos e práticas regia as expectativas, os comportamentos e as avaliações ou atos de controle e repressão que incidiam sobre elas. Parece desnecessário insistir sobre este ponto: a distância entre Eunice e as mulheres que viveram na mesma cidade poucas décadas antes está claramente explicitada em um imenso conjunto de pequenos hábitos - como a difusão generalizada das amas de leite (que a versão higiênica da mulher “de família” vai tratar de erradicar) ou do costume, bastante difundido entre brancos de classe média, de aumentar rendas familiares através da prostituição de escravas de ganho, freqüentemente escravas domésticas (que a medicina social vai exterminar, ao localizar no meretrício uma fonte permanente de contágio físico e moral que devia ser segregada das famílias).²⁵

No caso de Eunice os padrões eram já totalmente diferentes. Estamos diante de uma mulher que freqüentou a escola, adotou para si comportamentos identificados com o universo masculino (posto que “trabalhando demais” fugia às características naturais atribuídas às mulheres) e que, certamente, compartilhava com o pai que a internou os postulados e prescrições da moral e da higiene que a colocavam a grande distância das suas avós donas de escravos. Na verdade, a história de Eunice, excetuando sua insistência em ser independente, é, em muitos aspectos (como a de Lindonéia), quase rotineira em relação ao destino das mulheres de sua classe no período.

Mas este não era, por certo, um destino final e inevitável para mulheres rebeldes e independentes: no mesmo momento em que Eunice purgava suas culpas no Juquery, uma mulher compositora, pianista e maestrina fazia enorme sucesso nas rodas boêmias da capital federal. Seu nome era Chiquinha Gonzaga: separou-se do marido por sua própria iniciativa, teve outros amores livremente, sustentou os filhos com seu trabalho - no qual, como Eunice, varava madrugadas -, compondo canções para o teatro de revistas e grupos carnavalescos ou destinadas às sensuais danças de salão do maxixe e do corta-jaca.²⁶ Mas Chiquinha era uma mulher mestiça, oriunda de uma família que estava longe de pertencer ao topo da hierarquia social. No caso de Eunice, a lógica era outra, com outros parâmetros de exigência. O desfecho da

25. Entre outros autores que trazem informação sobre estes temas, Emanuel Araújo, *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993; e Luciano Figueiredo, *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais do século XVIII*, Rio de Janeiro, José Olympio e Brasília, Editora da UnB, 1993. Sobre tentativas médicas de controle da prostituição no século XIX e XX ver Magali G. Engel, *Meretrizes e doutores*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Sobre prostituição de escravas, ver Sandra L. Graham, “Slavery’s Impasse: slave prostitutes, small-time mistresses and the Brazilian Law of 1871”, *Comparative Studies in Society and History*, n° 33, 4, Oct. 1991, pp. 669-694.

26. Mariza Lira, *Chiquinha Gonzaga*, Rio de Janeiro, MEC/FUNARTE, 1978, 2ª ed.; Edinha Diniz, *Chiquinha Gonzaga, uma história de vida*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991. Trata-se de uma personagem fascinante, cuja experiência de vida justificaria plenamente mais um esforço de desvendamento: Chiquinha está a merecer pesquisa biográfica de maior densidade acadêmica e suporte historiográfico.

história, desta forma, era totalmente previsível. Após cinco meses de internamento, práticas terapêuticas e disciplina asilar, Eunice finalmente cedeu, aceitando voltar à casa paterna para, provavelmente, viver com amargura e ressentimento o papel destinado a uma mulher com o seu perfil. Triste papel, o de alguém sem lugar social definido, ao qual ela parece ter-se adaptado de alguma forma já que não consta qualquer anotação de retorno em seu prontuário.²⁷

Se para Eunice o celibato foi tomado como evidência de loucura, já que reforçava a idéia de sua inadaptação à “natureza feminina”, podemos encontrar casos que vão em sentido inverso. Lavínia, por exemplo, queria casar-se - finalmente - aos 27 anos, enfrentando a férrea oposição de seu pai (jamais explicada no prontuário), que acabou por interná-la no Juquery.²⁸ Diante do psiquiatra, em voz firme e calma como ele próprio assinala, Lavínia acusou o pai de ser “irascível”, “sovina” e “violento” (segundo o alienista, ele efetivamente fôra réu como mandante em processos de assassinato e participante de linchamentos). Explicou ainda coerentemente a intenção paterna de, através da internação, impedir o casamento que ela desejava. O pai, por sua vez, à falta de melhores argumentos, alegava que “há mais de dez anos” observara na filha uma “notável falta de juízo”, acusando-a de ser “desobediente” e “desaforada”. Confrontado com as duas versões, o psiquiatra não deixou de tomar partido em suas “deduções diagnósticas” fortemente inconclusivas:

Exame psíquico: Apresenta-se ao exame cuidadosamente trajada, com gestos tranquilos, com a voz suave, denunciando uma educação bem cuidada (...). Nenhuma perturbação se tem notado em seu estado mental, ‘apesar - diz a observada - de seu desgosto de ver-se internada no hospício por mero capricho e perseguição de parentes’(...) Tem a memória excelente, é dona de um raciocínio e de uma lógica irrepreensível; tem orientação perfeita de meio e tempo; não exterioriza alucinações (...). Se as ‘perseguições’ e ‘perversidades’ de que se diz vítima (...) correm por conta de um estímulo delirante, não nos tem sido possível aquilatar a veracidade ou impropriedade de tais asseverações (...) Trata-se de uma histérica mitômana? Ou de uma degenerada moral (loucura moral)?

Imerso em dúvidas sobre a classificação nosográfica adequada e impossibilitado de definir um diagnóstico preciso como recomendavam os cânones do saber, o alienista não vacilou. Embora suas anotações no prontuário revelem vários indícios de dúvida quanto à “loucura” de Lavínia ou aos fatos que motivaram seu internamento, ele optou por mantê-la no Juquery indefinidamente, até que sua própria família viesse retirá-la, encerrando o que parece ter sido um castigo excessivamente duro para seu desafio à autoridade paterna. Tudo aqui aponta para a reafirmação do poder branco e masculino:²⁹ um conjunto de relações de dominação centradas,

27. Isto geralmente acontecia com as mulheres rebeldes, freqüentemente apontadas nos prontuários como “reincidentes”, como os criminosos.

28. Prontuário SAME. Lavínia P. M., 27 anos, branca, solteira, pensionista. Internada em 19/07/1926. Saiu sem alta em 23/09/1926 (o que significa que a família foi retirá-la da instituição). O curto período de permanência no hospício é indício bastante forte de uma internação motivada exclusivamente pelo desejo paterno de “castigar” a filha rebelde.

29. Evitei utilizar aqui o termo “patriarcalismo”, consagrado por uma longa tradição historiográfica no Brasil, porque ele tem sido empregado com significados bastante diversos e imprecisos, podendo estar ou não

evidentemente, na figura dos “chefes de família”, capaz de justificar o exercício de uma autoridade que se pretende quase absoluta sobre coisas e pessoas. O senhor e possuidor da terra, dos escravos, dos votos etc. concentrava em sua pessoa um poder que, certamente, rebateu nas relações de gênero sob a forma de uma autoridade que se queria indiscutível para decidir sobre o destino das “suas” mulheres.

Esta classe senhorial - que só excepcionalmente contou com o concurso de mulheres no papel de senhoras de terras e escravos ³⁰ - raramente foi questionada, inclusive nos momentos mais agudos de mudanças políticas ou crises sociais. Mas, evidentemente, tal concentração de poder não extinguiu as possibilidades de resistência e os espaços de enfrentamento, particularmente nas relações cotidianas - como têm mostrado estudos recentes sobre as relações entre senhores e escravos no Brasil. Este estudo entretanto, próprio à história social, está ainda para ser feito em relação às mulheres brasileiras. De qualquer forma, algumas das noções básicas que compõem o arsenal político do ocidente - como as de cidadania e direitos civis, por exemplo - passaram sempre longe da prática (embora nem sempre da retórica) dos poderosos homens brancos brasileiros. Nestes termos, as possibilidades de defesa feminina contra o seu domínio - mas também aquelas de negros ou pobres em geral - permaneceram bastante reduzidas, a despeito das possibilidades de contestação evidentemente existentes nas brechas da lei ou da prática social.³¹

A psiquiatria brasileira - ela mesma senhorial e misógina - desempenhou aí perfeitamente seu papel de instrumento desta cultura senhorial e masculina, como nos casos de Eunice e de Lavínia. Percorrendo milhares de prontuários psiquiátricos do hospício do Juquery entre 1895 e 1930 encontrei alguns casos bem-sucedidos de denúncias e reclamações através da imprensa ou da justiça, oriundas de internos que se sentiam prejudicados em seus direitos. Mas nunca vi um único caso de mulher que tenha conseguido ser ouvida e fazer valer seus direitos em face do poder discricionário dos pais e maridos aliados ao psiquiatra.

* * *

A crença em uma inferioridade “natural” marca todas as histórias de mulheres em situação de internamento - dado revelado na forma pela qual os alienistas tomam tranquilamente a opinião do pai como fundamento para um diagnóstico de loucura -, ou no ponto de vista expresso em livros, artigos e diagnósticos contidos em prontuários clínicos. Existe aí, evidentemente, uma compreensão dos gêneros como uma mera classificação biológica, que diferencia orgânica e psicologicamente os

associado ao “paternalismo” ou indicar coesão social ou dispersão política conforme os pontos de vista e objetivos de cada autor.

30. Cf. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mocambos*, 7ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1985, pp.94-96.

31. Esta postura política das elites brasileiras, que resulta ainda hoje em arrogância e arbitrariedade exibidas cotidianamente em atitudes e chavões (como a expressão “você sabe com quem está falando?”), tem sido confundida freqüentemente com um elemento definidor de uma pretensa cultura nacional. Há, afinal, quem acredite que *brazilianess exists* e procure sua “natureza” neste tipo de elemento. Cf., a propósito, Roberto Da Matta, *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

sexos. Quando se trata de mulheres negras ou pobres o padrão é mantido em suas linhas gerais. Ao contrário das brancas e de “boa” origem, observava Franco da Rocha, o fundador do Juquery, aquelas enlouquecem em proporção maior que os homens da mesma condição. Tal dado seria explicado pela própria inferioridade feminina e oferecido como mais uma de suas provas empíricas: submetidas às condições de luta pela vida (ao contrário daquelas “protegidas” pela vida doméstica) as negras e pobres sucumbiriam mais facilmente à loucura, ao alcoolismo e ao vício.³² Mas, na prática, os alienistas dedicaram bem pouca atenção a estas “loucas”, que não mereceram maior interesse científico no interior da vida asilar. Sua dupla inferioridade as tornava quase candidatas naturais e irrecuperáveis à loucura e ao silêncio imposto dos dormitórios coletivos.

A inferioridade, inscrita diretamente no corpo das mulheres (todas as mulheres), lhes definiria um papel social subordinado a ser exercido na esfera da família - única para a qual estariam aptas. Daí o interesse quase exclusivo que os alienistas dedicavam às mulheres “de família”, criando a partir delas um padrão generalizável da mulher “sadia” e das condutas “normais”. Nesta medida, a loucura nas mulheres aparecerá, para as classes mais elevadas, como algo diverso e mais transgressivo do que nos homens. Para estes últimos, ela estará geralmente associada, na fala psiquiátrica, à ausência da razão, ao mau uso da liberdade, à privação dos sentidos, aos comportamentos estranhos ou “anti-sociais” que se manifestam no plano de sua presença pública - como trabalhadores ou cidadãos. Para as mulheres, ao contrário, é geralmente na esfera da vida privada, dominada pelas questões do corpo e da família, que a loucura é perseguida.

É esta a razão que levava o discurso médico a proceder, em primeira instância, à homogeneização de todas as mulheres tomadas como uma categoria estritamente biológica. Por trás dos postulados médicos, no entanto, estava o estabelecimento de fronteiras entre universos de classe a partir de comportamentos necessariamente diversos de mulheres de diferentes origens e lugares sociais. Não se pretendia assim obscurecer as diferenças - reais e reconhecíveis, de resto - mas, pelo contrário, marcar claramente as distâncias sociais e suas hierarquias. É precisamente neste registro que casos como o de Eunice são traduzidos pelo saber psiquiátrico: mulheres que, podendo viver de acordo com as normas, se furtaram ao seu papel “natural”, que insistiram em viver suas escolhas, que não se conformaram ao papel que lhes era socialmente destinado. Olhada pela ótica do alienismo, nenhuma mulher como Eunice poderia escapar ao rótulo da degeneração.

Não foi à toa, portanto, que se identificou o celibato, nestas mulheres, com um sintoma, ou por vezes com a origem de um mal maior e sempre incurável: ele às vezes as levava à loucura, mas sempre produziria infelicidade e frustração e estaria na origem dos muitos casos de histeria que enchiam os pavilhões de internas pagantes.

32. Franco da Rocha, “Contribution a l'étude de la folie dans la race noire”, *Annales medico-psychologiques*, 9^a série, t. XIV, ano 69, Paris, 1911, p. 375. É sintomático, no entanto, que as mulheres sejam mais numerosas em pavilhões de pensionistas que nos de indigentes. Cf. Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho do mundo ...*, op. cit., especialmente capítulo III.

Diante desta concepção, o caso de Lavínia torna-se ainda mais complexo: ela queria casar-se, afinal, livrar-se do celibato e da infelicidade inexorável, constituindo uma família - coisa que o alienista, em face dos postulados de sua disciplina, só poderia apoiar. No entanto, mesmo esta decisão tão crucial teria de contar com a concordância do primeiro “proprietário” de Lavínia: seu pai, a quem coube, apesar das evidências de abuso e autoritarismo, a palavra final chancelada pelo diagnóstico do alienista que a manteve aprisionada no hospício, mesmo contra os postulados científicos de sua própria disciplina.

Para estas mulheres havia um espaço social menor a ser ocupado e também menores oportunidades de transgressão - o que permite identificar com facilidade as transgressoras, qualquer que seja seu comportamento, como casos patológicos. Há aí, certamente, segundo os postulados do saber psiquiátrico, uma rigidez bem maior entre as fronteiras do permitido e do interdito e, nestes casos, o comportamento autônomo e independente de Eunices e de Lavínias, cujos pais puderam exercer seu poder senhorial, pode aparecer como o maior de todos os pecados: perverso não na esfera do anti-social, aplicada para se avaliar o comportamento desviante masculino, mas na escala mais perigosa e ameaçadora do antinatural. Pode-se entretanto duvidar que esta mesma perspectiva fosse mantida na forma de proceder e olhar para qualquer mulher - Chiquinha, as operárias desacompanhadas que caminhavam apressadas pelas ruas, as prostitutas francesas que os pais de Lavínia e Eunice provavelmente conheciam e freqüentavam nos bordéis seletos da cidade, as quitandeiras e lavadeiras negras dos cortiços ou as criadas confinadas nos quatinhos de fundos dos sobrados.

É mais uma vez na história social que podemos buscar algumas explicações fundamentais: será bem mais difícil encontrar nos pavilhões masculinos casos equivalentes aos de Lavínia ou Eunice, com este tipo imperceptível de loucura embutida em valores moralizantes ou em pequenas rebeldias cotidianas.³³ Mas é igualmente difícil, note-se, encontrar este tipo de caso também em certos pavilhões femininos: naqueles freqüentados exclusivamente pelas internas indigentes, povoados de mulheres pobres de imigrantes que mal conseguiam ainda falar a língua do país e de negras recém-egressas da escravidão e geralmente classificadas nas rubricas mais fortes da nosografia: idiotas, imbecis, degeneradas inferiores. Pode-se mencionar neste ponto o aparente paradoxo de que o hospício tivesse proporcionalmente poucas negras, embora estas fossem consideradas, pelos cânones da psiquiatria da época, a escala mais profunda da degeneração, agregando os preconceitos de gênero, raça e classe. No caso das mulheres negras internadas, procedia-se de uma forma monotonamente repetida: poucas palavras eram necessárias para justificar sua

33. As exceções, neste caso, devem ser mencionadas: loucos morais e outras categorias vagas de loucura são utilizadas para designar ricos cocainômanos, morfínômanos e outros usuários de drogas, além - é claro - dos homossexuais cuja “loucura” era tão naturalizada quanto a das mulheres histéricas ou loucas morais que se furtavam a seu papel de esposa-e-mãe.

reclusão.³⁴ Estes casos, minoritários dentro dos hospícios do período (ao contrário de hoje), evidenciam a forma pela qual a psiquiatria operava com os critérios de classe e de raça.

Não há paradoxo, mas pura discriminação, nesta espécie de privilégio que livrou do hospício as piores “degeneradas”, segundo a ótica do alienismo. Na prática, isso acontecia porque os patamares de exigência e cobrança eram bem menores em relação às negras que às brancas, atribuindo-se às primeiras uma natureza mais animal que humana - o que, em passado próximo, permitira que elas tivessem sido freqüentemente tomadas também como objetos de uso sexual para os senhores, gerando novos escravos mestiços que aumentavam a população das senzalas. Nenhuma delas, com certeza, seria internada por trabalhar demais e poucos se dariam ao trabalho de perguntar sobre suas relações familiares, sexualidade ou estado civil.

Tal constatação reforça a idéia de que a perspectiva da higienização da mulher e da família se impôs inicialmente, sobretudo como fator de diferenciação e hierarquização social - mais que como corolário de práticas discursivas ou de um impulso difuso e destituído de sujeitos históricos precisos em direção à “disciplinarização”. Na representação produzida pelo olhar senhorial, branco e masculino, secundado pela psiquiatria, negras são como bestas. Mulatas são fêmeas, objeto de fantasia masculina inescapável. Iaiazinhas brancas seriam futuras esposas, entes entronizados e objeto de amor casto ou comedido dos filhos e netos dos velhos senhores de terras e de escravos. O discurso e a prática psiquiátrica em torno da mulher apontam para o reforço de certos papéis e estereótipos sociais garantidores da dominação de gênero associada à dominação de classe - o que significava atribuir diferentes papéis a diferentes mulheres e exigir que, silenciosamente, elas os cumprissem. Vários exemplos poderiam ser levantados em apoio a este argumento. Entre eles, a história de uma outra mulher internada no Juquery é particularmente esclarecedora.

No dia 28 de outubro de 1915, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou a prisão de uma mulher de cerca de 20 anos, mulata bonita de nome Antônia, de algumas posses, e que fora capturada pela polícia quando viajava de trem vestida com roupas de homem. Quase três anos depois, vamos encontrá-la no Juquery, onde um psiquiatra um tanto perplexo nos conta a sua história. Tendo sido sempre uma pessoa “normal”, Antônia entrara ainda jovem na posse de uma pequena herança pela morte de seu pai e único parente, ficando totalmente entregue a si mesma. “Incapaz de gerir seus bens (...) sua conduta começou a manifestar singularidades”: comprou roupas masculinas e, com elas, saiu a viajar pelo estado. Ela alegava, muito razoavelmente, que era a melhor forma de uma mulher viajar sozinha sem ser importunada (e conhecer outros lugares do mundo era o que ela mais queria). Mas, reconhecida sob seu disfarce, foi presa e conseguiu até a discutível notoriedade de ser notícia de jornal. O psiquiatra não relata, em sua observação, qualquer comportamento ou sintoma indicativo de uma loucura

34. Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho do mundo ...*, op. cit., p.124. Bastavam frases concisas como: “é um perfeito tipo de símio” - acompanhada da fotografia da interna negra, para dispensar os arazoados que deviam fundamentar a internação.

muito visível, tanto que sua conclusão diagnóstica é formulada com bastante cuidado: “Achamos, pelo exposto, que se trata de uma degenerada fraca de espírito em que se vai instalando pouco a pouco a demência”.³⁵

Que alternativas seriam consideradas aceitáveis para uma mulher como Antônia? Gerir seus bens de forma adequada, arranjando um casamento que lhe permitisse “branquear -se” para usufruir do ideal feminino de felicidade e normalidade das mulheres higiênicas das classes superiores, ou amoldar-se a um outro papel condizente com sua cor e condição social. Poderia ter-se adequado à antiga imagem de sensualidade posta e repostada nas canções populares e nos arquétipos sexuais que povoa(va)m a imaginação sexual de muitos brasileiros:

mulata é doce de côco
 não se come sem canela
 camarada de bom gosto
 não pode passar sem ela.³⁶

dizia uma cantiga popular do início do século XIX. Folcloristas registram outros versos, do período mais próximo à abolição do trabalho escravo:

Do Brasil a mulatinha
 do céu doce maná,
 adocicada frutinha,
 saboroso cambucá!

É quitute apetitoso,
 é melhor que vatapá
 (...)
 agradável bom bocado,
 gostoso maracujá!³⁷

Nem só de metáforas gastronômicas se fazia a imagem das mulatas. Nas ruas, durante o carnaval de 1903, o povo reafirmava - repetindo a antiga celebração que ainda pode ser encontrada por muitos e muitos carnavais:

quem inventou a mulata

35. Maria Clementina Pereira Cunha, op. cit., p. 143.

36. José Alípio Goulart, *Da palmatória ao patíbulo*, Rio de Janeiro, Conquista/INL, 1972, *apud* Sonia Maria Giacomini, *Mulher e escrava*, Petrópolis, Vozes, 1988, p. 67. Para mencionar mais um exemplo interessante, e claramente licencioso, transcrevo letra de um outro lundu, de 1872, que reafirma a sensualidade das mulatas (associadas aqui diretamente à prostituição), intitulado *A quitadeira*: “Meu querido yoyozinho/ eu sou filha da Bahia./ Porque passa sem comprar/ nem um figo ou melancia?! Sô Yoyo por que quando passa/ os olhos quebra pra mim?! olhe yoyo, prá quebranto/ tenho figa de marfim (...)Tenho também uma fruta/ que yoyo há de gostar/mas também se ele quiser/ muito caro há de pagar./ Veja como ela já está/ bonitinha e tão inchada,/ é escorregar c’o os cobres/ e dê lá sua dentada (...)”. Publicada em *O Sorriso*. Jornal de modinhas, recitativos, lundus e poesias diversas, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, 4 de janeiro de 1872.

37. Citado por J. E. de Santa-Anna Nery (1848-1901) em *Folk -lore brésilien*, Paris, Libr. Academique Didier, 1889, 1ª ed. e *Folclore Brasileiro*, Recife, Massangana, 1992, 2ª ed., p. 60. O autor traz, na mesma página, outros exemplos para o período, justificando o fato de ter tornado “a mulata” um item de seu capítulo sobre folclore dos negros brasileiros.

foi direitinho para o céu,
 fez um produto de prata
 de se tirar o chapéu.³⁸

Os exemplos podiam multiplicar-se facilmente até os dias de hoje. Mas, ao invés de casar-se, Antônia resolveu “virar o mundo”. Ao invés de proceder como uma “gostosa mulata”, produto de prata para se comer com canela, objeto de deleite e desejo masculinos, escondeu seu corpo em largas roupas de homem. Deixou de corresponder às expectativas que a ideologia racial à brasileira lhe propunha: produto da mestiçagem, deveria aliar a sensualidade “irrefreada” das negras à mitigação do barbarismo propiciada pelo seu sangue branco - daí ser um objeto privilegiado do desejo sem riscos. Nem branca nem negra, nem rica nem pobre, nem domesticada nem disponível, restaram poucos lugares sociais para Antônia, que terminou seus dias no Juquery, onde, com certeza, acabou por confirmar os prognósticos psiquiátricos.

A transformação nas representações dominantes de uma condição feminina unívoca - empreendida por uma fala médica que naturalizou o papel socialmente atribuído à mulher (no singular) e, ao mesmo tempo, “enobreceu” as funções do lar e da maternidade - constitui um processo claramente datado. Seus primeiros momentos podem ser percebidos ao longo da segunda metade do século XIX, mas sua consolidação em uma espécie de ponto de vista oficial se intensificou no Brasil na última década do século XIX. Neste sentido, ela pode revelar um sentido histórico mais preciso: é um discurso que se volta, em primeiro lugar, para o público seletivo e específico capaz de aceitá-lo, difundi-lo e levá-lo à prática. Não é, pelo menos inicialmente, um conjunto de enunciados dirigidos a proletárias, mulheres de rua, escravas, lavadeiras habitantes de cortiços, senão às mulheres das classes dominantes e destinado a diferenciá-las das chusmas imorais e anti-higiênicas que infestavam as fábricas, as ruas e as habitações coletivas, longe do modelo de privacidade e do bem viver que a “boa” sociedade criava para si e cercava com barreiras higiênicas e profiláticas. Pretendiam estabelecer fronteiras entre elas e as negras e mulatas com as quais conviviam desde a infância e com quem aprenderam a sonhar, a cantar e a namorar - e também das portuguesas pobres e outras rudes imigrantes que, às vezes, lhes serviam de criadas.

Neste sentido, funcionaram sobretudo como um fator de distinção social e de afirmação da desigualdade - embora também de exemplo: daí a verdadeira ferocidade com que os pais e maridos de “boas famílias” tratavam suas mulheres desviantes, e a facilidade com que estas eram enviadas ao hospício - lugar perfeito para puni-las ou escondê-las sob o manto da doença, e não da culpa. Além disso, a adoção do padrão diferenciado de comportamento feminino, ao demarcar o campo das “famílias de bem”, contribuía simultaneamente para estabelecer parâmetros de superioridade e para reforçar os elementos de suspeição contra as classes populares - já amplamente

38. Cançoneta de Ernesto de Souza recolhida por Edigar de Alencar, "O carnaval no Rio em 1900 e na década seguinte" in *Brasil 1900-1910*, Biblioteca Nacional, Col Rodolfo Garcia, série A - textos, Rio de Janeiro, 1980, vol.3.

presentes na teoria da degenerescência que dava suporte às formulações do saber psiquiátrico do período.³⁹

Bebida diretamente em suas fontes originais, tal teoria encontrou no contexto brasileiro cores ainda mais vivas a indicarem a urgência imperiosa de moralizar os cidadãos para evitar que a degeneração pudesse contaminar todo o tecido social; argumentava-se com os fatores “agravantes” da tendência intrínseca das classes populares à degenerescência, como a “exuberância do clima” que exacerbaria o erotismo e a promiscuidade, com a “natural” inclinação dos negros à perversão e ao exercício desregrado da sexualidade,⁴⁰ bem como com os desequilíbrios na distribuição dos sexos evidenciada na predominância da população masculina entre os escravos e, sobretudo, entre os imigrantes. Certamente nossos teóricos miravam também com preocupação o ambiente doméstico das classes abastadas, em que senhoras e serviçais compartilhavam uma intimidade perigosa para os propósitos da civilização e do progresso. O contexto histórico em que tal teoria penetrou mais profundamente nos meios científicos brasileiros - o final do século XIX - é, assim, agudamente significativo de suas dimensões políticas e sociais.

O final da escravidão, o crescimento acelerado das cidades, alimentado por levadas de imigrantes potencialmente contaminados pela degeneração (entre os quais a psiquiatria não deixa de incluir explicitamente os anarquistas), o fim da monarquia e a nova configuração das forças políticas sob o regime republicano correspondem a um momento importante na redefinição institucional e também das formas de pensar e enfrentar as diferenças sociais. Segundo a ótica das classes dominantes, tratava-se de guindar o país à modernidade e à civilização, enfrentando as questões suscitadas pelo crescimento urbano e pela necessidade de incorporação de grandes massas despossuídas à cidadania e ao mercado de mão de obra, moldando-as aos imperativos da disciplina do trabalho: eram as decorrências inevitáveis da abolição e do novo pacto republicano. Neste contexto, as novas modalidades do controle social, revestidas pela legitimidade científica, apareciam como um aspecto central na reordenação das relações sociais e na própria viabilidade do arranjo político que se tratava de implementar.

Daí o porquê da implantação de hospícios como o Juquery por todo o país neste período, entre outras instituições de disciplina e controle. Daí também a ênfase que, em seu interior, foi dada às questões que cercavam as experiências femininas ao menos em uma de suas vertentes: os temas da mulher e da família apareceram como pontos cruciais neste esforço. Se iniciativas destinadas a “metropolizar” as classes dominantes locais podiam ser identificadas bem mais cedo - sobretudo na Corte -

39. A importância deste referencial teórico para a gestação de disciplinas e tecnologias de controle social - entre as quais a psiquiatria - é bastante conhecida. Ver, a respeito, Robert Castel, *A ordem psiquiátrica. A idade de ouro do alienismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1978. Para o Brasil, Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho ...*, op. cit. e também Lilia M. Schwarcz, *O espetáculo das raças*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

40. Robert W. Slenes, “Lares negros, olhares brancos ...”, op. cit.

através da associação entre médicos e mães de família,⁴¹ nas últimas décadas do século XIX o tema assumiu quase foros de prioridade.⁴²

O objetivo de defender a família e, claro, a “honra” feminina - antes prerrogativa única do varão senhorial - passou a estar presente em preâmbulos de leis e em várias modalidades de discursos do poder: na fala da ciência, dos juízes, dos políticos. O novo regime tratou ainda de legislar em torno deste objetivo: entre as modificações inscritas no Código Penal de 1890, ressalta a introdução dos “crimes contra a família”, como lenocínio, atentado ao pudor e a corrupção de menores, que antes figuravam nos capítulos relativos à injúria ou ao estupro.⁴³

Evidentemente, ao legislar sobre os “crimes contra a família”, os parlamentares e juristas não deixavam de impor às classes populares um padrão, definido de cima, sobre a moralidade e as condutas femininas - sólida e duramente incorporado por elas, a julgar pela fala de Lindonéia quase um século depois. A legislação assumia aí um duplo caráter: reprimir e punir infratores que ameaçassem a “família”, mas também passar “imagens positivas da ordem” para as mulheres das classes populares cuja rotina de vida e trabalho, evidentemente, impossibilitava que seguissem os preceitos da lei e dos bons costumes. Tinham de andar sozinhas pelas ruas, de dia e de noite; moravam em cortiços, lugares suspeitos de degeneração e promiscuidade; freqüentavam bailes e gafieiras que constituíam seus principais espaços de lazer, fantasiavam-se com entusiasmo no carnaval para acompanhar algum zé-pereira ou clube carnavalesco de bairro. Assim, o universo das mulheres honestas estava novamente restrito às mães ou moças de família, diferenciadas daquelas mulheres cuja pobreza, aos olhos dos homens da lei, praticamente as indiferenciava do universo da prostituição e do vício.⁴⁴

Se o discurso médico e jurídico, a prática policial e os padrões eróticos senhoriais efetivamente operavam neste período com a dicotomia da “honesta” e da “prostituta” era possivelmente porque, aceitando os parâmetros de diferenciação social implícitos no próprio saber psiquiátrico, reconheciam que apenas uma parcela das mulheres, como as Iaiazinhas do século anterior, dispunha de um “capital sexual” a ser preservado e defendido. De resto, tal representação polarizada não poderia ter sido imposta sem o concurso de uma parcela das próprias mulheres que adotaram os padrões e comportamentos adequados à sua classe para diferenciar-se das desclassificadas com que conviviam no interior de seus próprios lares, enquanto

41. Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*, 2^a ed., Rio, Graal, 1983.

42. Não é possível, nos limites deste texto, desenvolver o argumento, mas pode-se lembrar a proliferação, neste período, de instituições voltadas a este objetivo, que inclui a assistência à infância, institutos disciplinares, instituições de saúde pública, campanhas pró-aleitamento materno, educação e mesmo a importância que o tema da família assume nos debates da primeira constituição republicana.

43. Marta de Abreu Esteves, *Meninas perdidas*, op. cit., p. 38 e ss.

44. Idem, pp. 54 e passim. Note-se que a autora empreende uma análise interessante da dinâmica que preside as relações de mulheres das classes populares com as expectativas e padrões que o discurso jurídico, médico e policial prescreve. Ela mostra de forma totalmente convincente como estas mulheres sabiam o que se esperava delas e tentavam simular este padrão diante das autoridades, revelando nas entrelinhas, entretanto, que suas vidas se desenvolviam segundo outros parâmetros.

criadas e serviçais.⁴⁵ Mas nem sempre, apesar de seus eventuais desejos de superioridade, estas mulheres distintas e bem-nascidas resistiam aos apelos da tradição ou das regras aprendidas com suas mães e avós nascidas e criadas sob regras diferentes de sociabilidade e decoro.

Mesmo porque este rigor higiênico e moralizador com que se procurava preservar a mulher “de família” era ainda bastante recente no início deste século - não mais que o tempo de uma geração - para que pudesse ter sido apagado da memória compartilhada de significados próprios a esta convivência doméstica entre mulheres diferentes. Alguns detalhes podem ser agregados para reforçar esta suspeita. O mais curioso entre muitos talvez seja um exemplo musical datado do início da década de 1850, cuja autor é o mesmo do próprio Hino Nacional brasileiro, Francisco Manoel da Silva (1795-1865) e do conhecido poeta e jornalista Francisco de Paula Brito (1809-1861). Trata-se do *Lundu da Marrequinha*,⁴⁶ exemplar de um gênero popular bastante difundido também entre os letrados da Corte, como se vê - e que tinha freqüentemente um conteúdo que se aproximava da pornografia ou da sugestão erótica sem reboços. Para diversão geral dos ilustres freqüentadores de cafés e livrarias - e em um momento em que o progresso, a civilização, a família e a ciência já estavam em debate aceso, seus versos eram francamente explícitos:

Os olhos namoradores
da engraçada Iaiazinha
logo me fazem lembrar
sua doce marrequinha.
Iaiá me deixe
ver a marreca
senão eu morro,
leva-me a breca.
Quem a vê linda e mimosa,
pequenina e redondinha
não diz que conserva presa
sua doce marrequinha.
Iaiá não teime,
solte a marreca
senão eu morro,
leva-me a breca.

Para além da curiosidade e do riso que ainda é capaz de provocar a canção, com o ritmo saltitante dos lundus, carrega um sentido bastante interessante. O objeto explícito da malícia e do desejo não é aqui alguma mulata sestrosa ou alguma sedutora francesa da rua do Ouvidor ou do Alcázar *Lirique*, nem a cobiçada atriz amada por

45. Sandra L. Graham, “Slavery’s Impasse ...”, op. cit..

46. Lundu “A Marrequinha”, 1853 (data provável), LP *Viagem pelo Brasil*, Anna Maria Kieffer e outros, Estúdio Eldorado, São Paulo, (1990). Marreca era peça íntima do vestuário feminino que servia para realçar as nádegas de elegantes sinhazinhas - como as anquinhas.

estudantes e jornalistas que lhes cantavam gracinhas no carnaval⁴⁷ - mas claramente a filha do senhor todo-poderoso. A maneira de encarar mulheres brancas de extração social elevada não parece ainda tão marcada pelos preceitos morais ou pela ótica higiênica triunfante poucas décadas depois, que farão das sinhazinhas anjos intocáveis em sua pureza virginal, sugerindo a possibilidade de espaços de permissividade no relacionamento entre os gêneros mesmo neste ambiente seletivo. Sem dúvida, no final do século XIX e no início do XX, ilhas de ambigüidade e transgressão podiam ser encontradas entre mulheres desta classe. Aqui, o carnaval pode funcionar novamente como um exemplo interessante - até pelo fato de ser designado no período como “folia”, uma forma permitida e datada da *folie* reclusa nos demais dias do ano - e também por ter sido, desde muito tempo, transformado em uma espécie de símbolo nacional da *brazilianess*.

O carnaval era, na virada do século, a mais importante festa anual do país. Em São Paulo, como no Rio de Janeiro deste período, seu cenário estava dominado pelas chamadas Grandes Sociedades carnavalescas que promoviam, a cada ano, prêmios marcados pela presença da crítica de costumes e alegorias políticas em nome das grandes causas do período, como a abolição e a república. Amadas pelas elites e pelo populacho, a passagem destas sociedades carnavalescas era capaz de reunir as maiores multidões do calendário festivo das maiores cidades brasileiras,⁴⁸ que as aplaudiam em delírio. Uma das características mais enfatizadas deste carnaval promovido diretamente pelos literatos, jornalistas, estudantes universitários, comerciantes e outros segmentos masculinos das elites locais era a apresentação de prostitutas - as mais cobiçadas e famosas ou, por vezes, simplesmente as amantes mais ou menos públicas de alguns destes distintos carnavalescos.⁴⁹

As mulheres de família, aparentemente, estavam excluídas da festa: restava-lhes apenas o espaço privado do interior das casas, o espaço dos balcões e sacadas de onde podiam assistir ao espetáculo que, para alguns observadores moralistas ou moralizadores, parecia absolutamente degradante para os olhos das suas honestas mulheres e virginais filhas. No entanto, mesmo o mais sisudo crítico desta mistura indevida mostrava-se surpreendido ao reconhecer que as mulheres, filhas, mães e esposas sitiadas nas sacadas estivessem empenhadas em requebrar-se lascivamente ao som dos *scottisch*, *habaneras* ou polcas carnavalescas, e deliciavam-se atirando beijos e

47. Um exemplo a ser mencionado aqui pode ser a cançoneta que estudantes da Sociedade Tenentes do Diabo dedicaram, em 1897, à famosa (e, pelo visto, séria) atriz Pepa Ruiz: “Pepita, levanta a perna/ não sejas tão acanhada (...) Que tem? As outras não fazem?! Que custa fazeres tu?! Mostra-nos teu seio nu(...)/ que mil desejos abrasem”. Cf. Edigar de Alencar, *O Carnaval carioca através da música*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985, vol. 1, p. 33-34.

48. Esta forma de carnaval existiu com grande popularidade no Rio de Janeiro, em São Paulo, Salvador e muitas capitais do país no final do século XIX e início do XX.

49. Sobre os significados atribuídos à presença feminina nos carnavais do final do século XIX, ver especialmente a excelente monografia de graduação de Cristiana Schettini Pereira, *Nas barbas de Momo*. Os sentidos da presença feminina nos carnavais das Grandes Sociedades, Campinas, IFCH, série monografias nº 4, 1995. O livro de Leonardo Affonso de Miranda Pereira, *O carnaval das letras*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995 traz também elementos interessantes para se pensar a questão, sobretudo sob a ótica dos literatos do período.

flores para as meretrizes semi-nuas encarapitadas no alto dos carros,⁵⁰ representando deusas da liberdade, de barrete frígio e seios à mostra, como as antigas lavadeiras dos córregos vizinhos. A surpresa vem freqüentemente mesclada com o medo da proximidade física entre estes dois mundos femininos, como se a visão das “hetairas” pudesse contaminar irremediavelmente as famílias e, portanto, a sociedade.

Artur Azevedo, por exemplo, registra este temido contágio de forma clara: em seu *Teatro a Vapor*⁵¹ chega mesmo a descrever os “sonhos de moça” de uma jovem que, tendo assistido à efêmera glória das prostitutas no desfile carnavalesco, ansiava por uma vida livre e cheia de prazeres - como a que imaginou, entre suspiros e palpitações, ser a daquelas elegantes e cobiçadas mulheres resgatadas do anonimato pelo desfile carnavalesco. Fantasias do velho Azevedo? De qualquer forma, outras ocasiões carnavalescas foram intensamente aproveitadas para a transgressão, como revelam as descrições de bailes públicos nos quais as famílias (cujas mulheres apresentavam-se convenientemente mascaradas) ocupavam os camarotes e balcões para assistir às danças “degradantes” de negros e mulatos na platéia.⁵² As descrições sugerem claramente que, após alguns copos de vinho, estes espaços físicos e morais deixam de ser tão perceptivelmente diferenciados. Finalmente, as crônicas caracterizam o carnaval como um espaço demarcado da mistura social: o aristocrata que se envolve com a própria cozinheira, oculta sob um dominó de cetim (figuras quase paradigmáticas em crônicas carnavalescas) tem sua contrapartida nas possibilidades de transgressão de sua esposa - oculta em um dominó de seda pelos salões promíscuos dos teatros.⁵³

Inevitável, portanto, lembrar outras mulheres que povoaram os salões nada carnavalescos do Juquery no início do século XX. Meninas como Irma, filha de uma bem-estruturada família de classe média que, aos 22 anos, foi internada com um único sintoma que o alienista descreve e detalha com um secreto, mas perceptível, deleite: gostava de “exibir as pernas” quando sentada, “realçar o contorno dos quadris quando anda” e costumava ser “atrevida” em suas expressões, evidenciando para o espantado (e encantado) doutor uma “*coquetterie* doentia” - talvez porque exercida sem máscaras e sem levar em conta o calendário festivo. Irma protesta contra sua internação - mais uma vez, por iniciativa paterna - demonstrando ter plena consciência de seus atos.

50. Entre vários cronistas da época Valentim Magalhães, por exemplo, sob o pseudônimo de José do Egito, na coluna “História dos sete dias”, em *A Semana* de 26 de fevereiro de 1887, assim se refere à presença das prostitutas e à atitude das mulheres “de família”: “Os homens aclamam-nas gritando-lhes os nomes (...); as famílias cobrem-nas de flores e chuva de papélicos de ouro e prata (...) nem o espetáculo imoralíssimo da nudez vitoriosa das prostitutas repugna às damas ou as faz enrubescer de pejo ou indignação.” Ver Cristiana Schettini Pereira, *Nas barbas de Momo*, op. cit.

51. Artur Azevedo, “Sonho de moça”, *Teatro a vapor*, (org. Gerald Moser), São Paulo, Cultrix- MEC, 1977, p. 69 (sainete publicado originalmente em *O Século*, Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1907).

52. Cf., por exemplo, Frank Vincent, *Around and about South America (1885)*, New York, 1890, que descreve tal situação com detalhes. Sua descrição pode ser confirmada por muitas outras observações de “nativos” como Eloy, O Herói (Artur Azevedo) na coluna “De palanque”, *Diário de Notícias* de 24 de fevereiro de 1887.

53. São abundantes nas fontes as referências a isto. Para ilustrar o tom destes comentários: “Quando passar um par fantasiado, filosofai: são dois amantes? Será o amo e a criada, será o cocheiro e a ama?”, in “Revista Carnavalesca”, *Gazeta de Notícias*, 9 de fevereiro de 1893.

Segundo ela, seu pai a internara porque ela “gostava de dançar e ir ao cinema com os ‘pequenos’”. Gostava também de ter os cabelos curtos, de usar maquiagem, passear de automóvel e, provavelmente, vestir-se como as mulheres “modernas” do período entre guerras que ela via no cinema e nos magazines. Seu pai, evidentemente, desconfiava daquelas fronteiras cada vez mais tênues entre a moça de família e a prostituta - e não dominava os códigos da modernidade que Irma traduzia a partir de suas incursões cinematográficas. Transcrita cuidadosamente pelo alienista no prontuário, a fala de Irma é arrematada com a pergunta que lhe soava como uma prova irrefutável de sua “loucura moral”: “que mal há nisso?”⁵⁴ Ela permaneceu por muitos anos no Juquery e talvez (quem sabe?) nunca tenha descoberto a resposta.

* * *

É problemático, desta forma, acreditar que o mundo feminino ou as relações de gênero pudessem se desenvolver estritamente dentro dos padrões e estereótipos prescritos pela fala genérica do saber ou da higiene - ou que esta pudesse, por outro lado, ter alcançado a eficácia quase absoluta que por vezes lhe é atribuída. No que diz respeito à loucura feminina, da qual tivemos alguns exemplos, como separar a normalidade da anormalidade em termos tão polarizados? A própria idéia de que os saberes pudessem ter ignorado tais matizes da experiência social de diferentes mulheres revela-se totalmente descabida. De fato, um olhar mais cuidadoso sobre os enunciados da psiquiatria permite perceber um discurso solidamente ancorado nas diferenças sociais e nas práticas cotidianas. Longe de fazer *tabula rasa* da multiplicidade, a análise mais fina do alienismo identificava as variações nos comportamentos e práticas sociais e sexuais de mulheres de classes diferentes. Reconhecia-se a necessidade de estabelecer parâmetros específicos para a avaliação da loucura de mulheres de origens diversas, da mesma forma como se estipulava a diferenciação entre os gêneros no tratamento da doença mental, a despeito da homogeneização aparente empreendida pela legislação ou pelos postulados mais genéricos da higiene e da psiquiatria. Segundo Franco da Rocha, o fundador do Juquery,

é preciso notar a restrição do meio social, porque um ato que é loucura no Brasil pode não o ser na China (...) Nas diversas camadas de que se compõe uma sociedade civilizada, acham-se representadas as três fases da evolução mental, desde o fetichismo até o estado científico, sendo os representantes da fase positiva um ‘minimum’ em comparação com os outros.⁵⁵

Assim, à sua maneira, o alienismo não deixava de reconhecer que aquilo que vale para uma mulher brasileira pode não funcionar perfeitamente para uma chinesa, uma louríssima escandinava ou para outra de qualquer lugar do mundo - e que entre as próprias brasileiras havia diferenças a reconhecer por baixo do discurso normativo e

54. Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho...*, p.152-154.

55. Franco da Rocha, *Esboço de psiquiatria forense*, São Paulo, Typographia Laemmert, 1904, p.3.

homogeneizante dos saberes. O alienismo punha a questão em termos do grau de “civilização” para designar as hierarquias de classe e apontar para a necessidade de pontuar critérios para avaliação de comportamentos considerados mórbidos nos diversos segmentos que compõem o tecido social. Mas não só estas diferenças funcionam como parâmetros de construção dos diagnósticos do alienismo, pois fatores raciais e sexuais eram também explicitamente invocados como elementos fundamentais a serem levados em conta:

Todos nós estamos mais facilmente sujeitos ao erro, quanto mais se nega o objeto das idéias à experiência que constitui a base do conhecimento científico. As raças inferiores, os povos não civilizados - e as crianças mais que os homens civilizados - são exemplos que vêm a propósito, para comparação. As mulheres, mesmo entre os povos civilizados, são ainda mais sujeitas a convicções errôneas do que os homens.⁵⁶

As diferenças sociais, raciais e de gênero podem ser detectadas, assim, no próprio interior do discurso médico como da prática asilar, que apenas num sentido limitado nivela pobres e ricos, homens e mulheres, negros e brancos na mesma condição de sujeição. A prática é regida por uma percepção mais aguda das relações e diferenças sociais que se traduzem também, como vimos, em variações terapêuticas no interior da vida asilar e em diagnósticos específicos da nosografia que distinguiu socialmente as “históricas” das “idiotas”, ou as “loucas morais” das “degeneradas inferiores”⁵⁷. É duvidoso aliás que, de outra forma, tal saber pudesse efetivamente operar como elemento de disciplina ou controle e ter qualquer tipo de eficácia social e política.

Mais que a teia discursiva, os dispositivos ou as disciplinas, os saberes e poderes, pode ter sido o feminismo que promoveu, em grande parte, esta homogeneização ao “criar” a condição feminina. Em certa fase do movimento, parecia justificável tomar Lindonéia como paradigma de uma dor igualmente compartilhada por Eunice, Lavínia, Antônia, Chiquinha e todas nós. O entusiasmo militante fez ainda com que esta dor atravessasse os tempos, cruzasse as profundas diferenças sociais e derrubasse as fronteiras, impondo a idéia de uma identidade de gênero pouco flexível, quase destituída do conteúdo necessariamente relacional que lhe dá sentido - bandeira política transformada em instrumento de análise do qual temos dificuldade de nos livrar.

Tolhida pelos impasses contemporâneos do feminismo que lhe deu origem, a historiografia parece hoje encontrar-se diante de uma encruzilhada. Manter-se fiel à tradição de descrever e resgatar a existência das mulheres na história já não parece um caminho capaz de propiciar grandes novidades. Mas quando decide afastar-se da história social para enveredar na análise ou na desconstrução dos enunciados sobre “a mulher” acaba, por caminhos talvez involuntários, enredada em novas armadilhas conceituais e teóricas. Não creio, por isso, que precisemos mais de uma

56. Idem, p.83-85.

57. Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho...*, p.127 e pas sim.

“epistemologia radical”⁵⁸ que de um esforço agudo de interpretação apoiado por pesquisas sólidas. Ou, dito de outra forma (para, talvez, chegar ao mesmo resultado) precisamos de um pouco mais de sensibilidade histórica aliada a uma clarificação política dos objetivos a serem perseguidos.

Da mesma forma que boa parte da produção acadêmica sobre outros sujeitos históricos, como os escravos, por exemplo, - transformados em vítimas mudas e “coisificadas” por uma forte tradição historiográfica - esta literatura sobre as mulheres brasileiras, com as óbvias e obrigatórias exceções, acaba por fazer um percurso que, no fundo, não deixa de apoiar-se sobre o olhar masculino, branco e senhorial.⁵⁹ Não o faz por conservadorismo, mas por miopia: justamente porque permanece restrita à crítica (a estas alturas, francamente redundante) a alguns discursos externos ao universo das mulheres que, além de tudo, são selecionados segundo um *parti-pris* teórico que valoriza, mais que as múltiplas e ambíguas práticas sociais e simbólicas dos sujeitos, as falas articuladas da ciência e da literatura. Nesta medida, a produção historiográfica brasileira sobre as relações de gênero sofre de uma tendência a vitimizar as mulheres, limitando-se a denunciar a opressão, sistematizar o discurso do poder e, às vezes, tentar “desconstruí-lo”.

Com ou sem Foucault, perto ou longe de Derrida ou qualquer que seja o guru da ocasião, boa parte da historiografia brasileira sobre relações de gênero - presa ainda à atitude programática de afirmação da identidade feminina sobre todas as demais - tornou-se cativa dos olhares e dos paradigmas impostos pelas fontes com as quais opera (e, freqüentemente, também pela maneira parcial como as lê). Olhares homogeneizadores e opacos para a experiência, cultura ou valores dos “outros” - sejam mulheres, negros, classes, etnias e todas as variáveis que formam o amplo painel das diferenças, das identidades e dos conflitos. Produzem-se assim visagens que correm o risco de nos fazer olhar para o passado como se, parafraseando Darnton, pudéssemos nos ver lá - só que envergando perucas empoadas e “marrecas”.⁶⁰

Por isso, às vezes, historiadores(as) relutam em admitir que podem chegar, em seu trabalho, tão perto das experiências, práticas e significados quanto das representações e enunciados. Ao invés de negar à História a possibilidade de atingir os domínios da cultura, trata-se apenas de admitir que a sua análise deve cruzar estes elementos, em sua polissemia, para dar conta das formas particulares de articulação do

58. Cf. Joan Scott, "Prefácio" a Gender and Politics of History, traduzido e publicado em Cadernos Pagu. Desacordos, desamores, diferenças. Campinas, IFCH- UNICAMP, n.3, 1994, pp.11-28. Neste mesmo volume há outros dois artigos importantes que dialogam e polemizam diretamente com o texto de Joan Scott; Louise A. Tilly, "Gênero, história das mulheres e história social" (pp.29-62) e Eleni Varikas, "Gênero, experiência e subjetividade; a propósito do desacordo Tilly-Scott" (pp.63-884)

59. No caso dos estudos sobre a escravidão, há um importante esforço em sentido contrário. Um bom exemplo, embora não seja o único pertinente, é o livro de Sidney Chalhoub, Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Côte., São Paulo, Cia. das Letras, 1990: além de efetuar uma rigorosa crítica da forma pela qual a historiografia opera, nesta perspectiva, com o tema da escravidão, empreende uma interessante análise das visões escravas sobre escravidão e liberdade.

60. Cf. Robert Darnton, O Grande Massacre dos Gatos e outros episódios da História Cultural francesa. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. XV. Tomei, é claro, a liberdade de substituir os sapatos de madeira por esta sugestiva peça do vestuário feminino inspiradora de lundus.

poder (sobre diferentes mulheres e homens) por aqui e alhures e em tempos diferentes. Neste caso, e embora minhas críticas estejam voltadas sobretudo para a historiografia *made in Brazil*, tanto faz se falamos daqui ou da Escandinávia ...

[Recebido para publicação em junho de 1997]